








Editorial

  **Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega**
Editora Chefe
mariacristinavidotte@ufg.br

  **Thiago Henrique Costa Silva**
Editor Adjunto
thiagohcs@discente.ufg.br

  **Adenevaldo Teles Junior**
Equipe Editorial
adenevaldo.teles@discente.ufg.br

 **Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos**
Equipe Editorial
adriano_vasconcelos@discente.ufg.br

  **Leandro Campêlo de Moraes**
Equipe Editorial
campelomoraes@discente.ufg.br

 **Marilia Araujo Caixeta**
Equipe Editorial
marilia.caixeta27@gmail.com

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, tem como objetivo contribuir com a disseminação do conhecimento jurídico em suas diversas áreas, com destaque, sobretudo, para os temas do Direito Agrário, campo de sua gênese.

Cada publicação do periódico também contempla assuntos relacionados a teoria e a filosofia do Direito, bem como ao Direito Socioambiental. Os trabalhos científicos eleitos para cada publicação expressam uma visão crítica sobre as discussões acadêmicas, assim como buscam contribuir com a transformação social.

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

Os temas dos textos prestigiados na presente edição tratam sobre as implicações da educação em regime domiciliar; o acesso à justiça e à cidadania; a jurimétrica de decisões do Tribunal de Justiça de Goiás; as ecografias do autoritarismo brasileiro; a efetividade do direito à alimentação; o programa “Amazônia Florescer Rural”; a influência das antigas teses do realismo jurídico na atualidade; o uso da inteligência artificial pelo Poder Judiciário brasileiro; o direito à moradia e a ocupação dos lanceiros negros em Porto Alegre; *Fake News* e Saúde, no contexto da lei italiana n.º. 119/2017; os meios consensuais de prevenção e resolução de conflitos.

As implicações da pensão alimentícia transitória são debatidas por Monalisa de Brito Rodrigues, Rogério Borba da Silva e Ricelle Brandão Barros, que indagam acerca da possibilidade de ação revisional, antes de implementado o termo dos alimentos transitórios.

O acesso e a gestão da justiça é tema de dois artigos.

No primeiro, Pedro Sérgio dos Santos e Anderson Pablo Pereira Fernandes se debruçam sobre o estudo empírico da jurimetria, que analisa dados estatísticos dos julgados e das decisões do Poder Judiciário em Goiás, referentes a pedidos de *Habeas Corpus* realizados em 2018; os autores demonstram uma atuação simbiótica entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, o que fere o equilíbrio do Estado Democrático de Direito e interfere diretamente nas políticas públicas de aprisionamento.

No segundo, a garantia constitucional do acesso à justiça é confrontada com a prestação do serviço público para o acesso à justiça por Jasiel Ivo e Sérgio Torres Teixeira, que apontam os meios consensuais de solução e prevenção de conflitos, como instrumentos para o fortalecimento da cidadania e da restauração dos laços comunitários.

A efetividade do direito à alimentação é pautada por Renata Cedraz Ramos Felzemburg, Carlos Augusto Alcântara Machado e Dimas Pereira Duarte Junior, que investigam o compromisso “fome zero” assumido pelo Estado brasileiro, perquirindo se o compromisso de erradicação da fome no país possui natureza

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

moral internacional, ou se é efetivamente um dever jurídico, com base na Constituição Federal Brasileira.

O direito à moradia é estudado por Gustavo Silveira Borges e Filipe Rocha Ricardo, que verificam a necessidade de transformação do direito, a partir da práxis do comum. Isto é, os autores discutem a temática do comum urbano, tendo como foco a análise da propriedade, a partir da ocupação denominada Lanceiros Negros, em Porto Alegre.

A importância do microcrédito como política pública para assegurar o direito ao desenvolvimento dos agricultores familiares é defendida por Ana Elizabeth Neirao Reymao e Northon Sérgio Lacerda Silva, que investigam o Programa Amazônia Florescer Rural, do Banco da Amazônia, apresentando os resultados obtidos.

Com base na perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso, Pedro Henrique Correa Guimarães e Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega, exploram a obra cinematográfica intitulada "O som ao redor", de 2012, interrogando as estruturas de sentidos, e os seus desvios, para alcançar a historicidade constitutiva das milícias e de violências contemporâneas.

A influência das antigas teses do realismo jurídico na atualidade do direito brasileiro é debatida por Edna Raquel Hogemann, que questiona a presunção de que o Direito seria aquilo que os Tribunais e juízes definem o que é por meio das decisões judiciais. A autora esclarece as limitações da discricionariedade judicante do Estado Democrático de Direito e evidencia que as decisões devem ser prolatadas com base na coerência e integridade do Direito.

Dois artigos tratam a respeito do direito à liberdade na contemporaneidade.

No primeiro, os problemas gerados pelo fenômeno das *Fake News* são pesquisados por Matteo Finco e Sandra Regina Martini, que descrevem o contraste entre a liberdade individual e o interesse coletivo, no que diz respeito à obrigatoriedade vacinal na Itália. Bem como tratam sobre a liberdade de consciência como fundamento do direito à liberdade de escolha, a difícil relação

Editorial

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega • Thiago Henrique Costa Silva • Adenevaldo Teles Junior • Adriano Emerson Oliveira Vasconcelos • Leandro Campêlo de Moraes • Marília Araujo Caixeta

entre autonomia individual e ação estatal e o papel da mídia na comunicação, com base na teoria dos sistemas sociais.

Ainda em relação às implicações ao direito à liberdade no século XXI, com enfoque na educação, Elisandra Riffel Cimadon e Clovis Demarchi se debruçam sobre o problema da educação ofertada em regime domiciliar. Nesse contexto, o artigo identifica a linha adotada pelo STF em relação a Liberdade, quando do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 888.815/RS. Ademais, o problema de pesquisa se insere em como interpretar a liberdade na atual ordem jurídica, diante das transformações sociais e conflitos de interpretação e aplicação da norma.

Também atual é a problemática abordada por Antônio Pires Castro Júnior, Gabriel A. Wainer e Wesley P. Calixto, que está centrada na análise da aplicação da inteligência artificial na identificação e classificação automática dos incidentes de resolução de demanda repetitiva nos Tribunais de Justiça brasileiros.

Com o apoio dos autores dos textos aprovados para o presente número, a Revista da Faculdade de Direito da UFG concretiza a contribuição para o conhecimento científico do campo dos estudos jurídicos contemporâneos.

Uma boa leitura a todos e todas!

Os editores.